



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

O IMPACTO DAS PRÁTICAS PARENTAIS NA MANIFESTAÇÃO DE PROBLEMAS DE INTERNALIZAÇÃO NA INFÂNCIA

[The Impact of Parenting Practices on the Manifestation of Internalizing Problems in
Childhood]

Dissertação

[Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde]

Nome: Ana Beatriz de Melo Pinto

Orientadora: Professora Doutora Susana Marinho

Junho, 2025



UNIVERSIDADE
FERNANDO
PESSOA

O IMPACTO DAS PRÁTICAS PARENTAIS NA MANIFESTAÇÃO DE PROBLEMAS DE INTERNALIZAÇÃO NA INFÂNCIA

[The Impact of Parenting Practices on the Manifestation of Internalizing Problems in
Childhood]

Dissertação

[Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde]

Nome: Ana Beatriz de Melo Pinto

Orientadora: Professora Doutora Susana Marinho

Junho, 2025

Agradecimentos

Chegou ao fim uma das etapas mais bonitas e desafiadoras da minha vida e este é o momento certo para agradecer às pessoas importantes durante este percurso.

À minha orientadora, Professora Doutora Susana Marinho, muito obrigada pela sua disponibilidade, profissionalismo, conhecimento e incentivo que me foi dado ao longo destes meses.

Muito obrigada à minha família, mãe, pai, avó, avô, irmão e tia, por todo o apoio, confiança e resiliência transmitido ao longo destes anos.

Aos meus pais, pois sem eles nada disto era possível. Todo o esforço, amor e apoio incondicional foram, sem dúvida, uma das grandes forças para conseguir alcançar esta etapa importante.

Ao meu papi e à minha mami, que são os meus exemplos e inspirações, e que sempre estiveram ao meu lado, dando-me motivação e força para continuar.

Ao meu namorado, que me acompanhou ao longo destes cinco anos e sempre me apoiou, mesmo estando longe, nestes últimos meses, foi e sempre será um grande apoio para mim.

À minha melhor amiga Maria, pela amizade, simpatia, carinho e apoio construído ao longo desses cinco anos.

Às minhas amigas Jéssica, Inês, Maria Gomes, Mariana, Margarida e Marina, por todos os momentos, pelo companheirismo, pelas palavras e pelas gargalhadas. Ao vosso lado, foi mais fácil.

Muito obrigada a todos!

O sonho comanda a vida!

Resumo

A parentalidade desempenha um papel muito importante no desenvolvimento emocional e bem-estar da criança. A literatura evidencia estudos focados nas práticas parentais e o impacto nos problemas de internalização na infância, nomeadamente as dimensões Rejeição e Tentativa de Controlo. Este estudo tem como objetivo analisar o impacto das práticas parentais na manifestação dos problemas de internalização na infância e centrou-se na perceção dos pais, relativamente aos problemas emocionais dos filhos e as práticas parentais, e na perceção das crianças sobre as práticas parentais dos seus progenitores. A investigação decorreu num contexto escolar, numa população normativa, e num colégio privado, em que a amostra foi constituída por 74 crianças, com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos, de ambos os sexos, e os seus respectivos pais. Para a recolha dos dados, foram utilizados o Questionário Sociodemográfico, para a caracterização dos participantes; o *Egna Minnen Beträffande Uppfostran-Parents* (EMBU-P e EMBU-C) que avalia as seguintes dimensões parentais: Suporte Emocional, Rejeição e Tentativa de Controlo, por auto e heterorrelato, e o *Strengths and Difficulties Questionnaire* (SDQ), para a avaliação dos problemas de internalização, nas crianças, a partir das subescalas sintomas emocionais e problemas de relacionamento com os colegas. Os resultados encontrados revelam que as práticas parentais associadas à Rejeição e Tentativa de Controlo parecem estar associadas a problemas de internalização, mas é importante salientar que, como esperado, a maior parte das crianças não apresenta problemas de internalização, uma vez que as práticas parentais predominantes são baseadas no Suporte Emocional, através de afeto e carinho, concluindo que estas práticas são vistas como fatores de proteção no desenvolvimento da criança. Reflete-se sobre algumas limitações encontradas e são apresentadas propostas para futuras investigações como programas de práticas parentais, centradas nas práticas indutivas, e materiais psicoeducativos para pais, de forma a responder a possíveis necessidades sobre o desenvolvimento dos filhos.

Palavras-chave: Práticas parentais; Problemas de Internalização; Parentalidade; Infância

Abstract

Parenting plays a very important role in the child's emotional development and well-being. The literature shows studies focusing on parenting practices and their impact on internalizing problems in childhood, namely the Rejection and Attempt to Control dimensions. This study aims to analyse the impact of parenting practices on the manifestation of internalizing problems in childhood and focuses on parents' perceptions of their children's emotional problems and parenting practices, and children's perceptions of their parents' parenting practices. The research took place in a school context, in a normative population, and in a private school, where the sample consisted of 74 children aged between 6 and 10, of both sexes, and their respective parents. To collect the data, we used the Sociodemographic Questionnaire, to characterize the participants; the Eigna Minnen Beträffande Uppfostran-Parents (EMBU-P and EMBU-C), which assesses the following parental dimensions: Emotional Support, Rejection and Attempted Control, by self- and heteroreport, and the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ), to assess internalization problems in children, based on the subscales emotional symptoms and relationship problems with peers. The results show that parenting practices associated with Rejection and Attempted Control seem to be associated with internalization problems, but it is important to note that, as expected, most of the children do not have internalization problems, since the predominant parenting practices are based on Emotional Support, through affection and care, concluding that these practices are seen as protective factors in the child's development. We reflect on some of the limitations found and make proposals for future research, such as parenting programs focused on inductive practices and psychoeducational materials for parents, in order to respond to possible needs regarding the development of their children.

Key-words: Parenting Practices; Internalization Problems; Parenting; Childhood

Índice

Introdução	1
1ª parte: Enquadramento teórico	3
Capítulo 1. Parentalidade	5
1.1. Estilos e Práticas Parentais.....	6
1.2. Dimensões das Práticas Parentais.....	7
1.3. As Práticas Parentais e o desenvolvimento socioemocional da criança.....	9
Capítulo 2. Problemas de internalização e variáveis familiares	13
2.1. Ambiente familiar e fatores de risco.....	14
2.2. Problemas de Internalização e práticas parentais.....	15
2ª parte: Enquadramento Empírico	19
Capítulo 3. Metodologia	21
3.1. Objetivos de Investigação.....	21
3.2. Questões e Hipóteses de Investigação.....	22
a): Relativamente aos pais.....	22
b): Relativamente às crianças.....	22
3.3. Participantes.....	23
3.4. Material.....	25
3.4.1. Questionário Sociodemográfico.....	25
3.4.2. Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ-P, Goodman, 1997).....	26
3.4.3. Egna Minnen Beträffande Uppfostran (EMBUP e EMBU-C).....	27
3.5. Procedimentos.....	29
Capítulo 4. Resultados	31
4.1. Análise Descritiva: subescalas SDQ-P e dimensões EMBU (P e C).....	31
4.2. Análise Inferencia: Práticas parentais, problemas de internalização, sexo e idade.....	35
Capítulo 5. Discussão	43
Conclusão	47
Referências Bibliográficas	51
Anexos	

Índice de Gráficos

Gráfico 1. Comparação das dimensões do EMBU-P e EMBU-C.....	36
Gráfico 2. Distribuição dos problemas de internalização nas crianças.....	37

Índice de Tabelas

Tabela 1. Características sociodemográficas das crianças.....	24
Tabela 2. Características sociodemográficas dos progenitores.....	25
Tabela 3. Pontuação das subescalas da dimensão de internalização do SDQ.....	27
Tabela 4. Médias das dimensões do EMBU-P (pais e mães).....	29
Tabela 5. Médias das dimensões do EMBU-C (pais e mães).....	29
Tabela 6. Valores de dispersão dos resultados por subescalas e por dimensão de internalização do SDQ-P.....	32
Tabela 7. Valores de dispersão das dimensões do EMBU-P na amostra.....	33
Tabela 8. Valores de dispersão das dimensões do EMBU-C na amostra.....	33
Tabela 9. Comparação entre as médias da população portuguesa e a médias da amostra das dimensões do EMBU-P.....	34
Tabela 10. Comparação entre as médias da população portuguesa e as médias da amostra das dimensões do EMBU-C.....	35
Tabela 11. Relação entre as idades das crianças e as práticas parentais.....	38
Tabela 12. Correlação entre as dimensões do EMBU-P e os problemas de internalização...	39
Tabela 13. Correlação entre as dimensões do EMBU-C e os problemas de internalização...	40

Introdução

A saúde mental na infância tem consequências ao longo da vida dos indivíduos, que incluem a capacidade de se relacionarem e terem capacidade de lidar com o stress, estando relacionada com o bem-estar emocional, psicológico e social e a forma como a pessoa lida com os seus problemas e exigências do dia a dia (Arnaud-López, 2023).

A família é um contexto de promoção no crescimento e no desenvolvimento do bem-estar da criança, uma vez que e, segundo Bronfenbrenner (1990, citado por Yeung et al., 2018) é um “pré-requisito poderoso para o sucesso social subsequente da criança em outros domínios da vida, incluindo escola, trabalho e família” (p. 28), sendo também um ambiente preditor para o desenvolvimento e adaptação da criança, colaborando para as ligações criança-ambiente (Bornstein, Putnick, & Suwalsky, 2018).

A parentalidade está associada a um conjunto de tarefas e relacionamentos entre as crianças e os seus progenitores, porém, qualquer pessoa pode prestar esse cuidado, por exemplo membros da família, sem ser obrigatório o pai ou a mãe (Lanjekar et al., 2022). Deste modo, a parentalidade oferece à criança confiança para enfrentar e resolver problemas desafiantes, bem como os cuidados necessários para o seu desenvolvimento saudável da criança.

Este tema apresenta uma grande importância, nos dias de hoje, uma vez que, o ambiente familiar, nomeadamente, as práticas parentais acabam por influenciar como é que as crianças expressam as suas emoções. A literatura evidencia que são importantes estudos que analisem a relação entre as práticas, dimensões e estilos parentais e, deste modo, a parentalidade pode explicar como os seus filhos e os problemas de internalização possam estar interligados (Sluis, Steensel & Bögels, 2015).

Este estudo pretendeu investigar o impacto das práticas parentais na manifestação de problemas de internalização na infância, nomeadamente entre os 6 e os 10 anos, com a participação dos pais e dos seus filhos, em contexto escolar, sendo um local privilegiado e de fácil acesso da amostra, uma vez que, os dados foram recolhidos no local de estágio.

Este trabalho está dividido em duas partes, sendo a primeira o Enquadramento Teórico e a segunda parte o Estudo Empírico. A revisão da literatura está dividida em dois capítulos sendo o primeiro relacionado com a parentalidade, em que se irá desenvolver e explicar

conceitos sobre a mesma, a diferença entre estilos e práticas parentais; as dimensões parentais; e o impacto que as práticas parentais têm no desenvolvimento da criança. Já o segundo capítulo está associado aos problemas de internalização e as variáveis familiares, que aborda dois tópicos importantes: o ambiente familiar e fatores de risco e problemas de internalização.

Na segunda parte, apresenta-se o Estudo Empírico, onde se encontra a metodologia, objetivos e questões de investigação, a caracterização da amostra, bem como a definição dos materiais utilizados e os procedimentos para a realização deste estudo.

Por fim, são divulgados os resultados, bem como a discussão dos mesmos, para melhor compreender o principal objetivo do estudo, finalizando-se com as conclusões do mesmo.

1ª parte:

Enquadramento Teórico

Capítulo 1. Parentalidade

No núcleo familiar, a parentalidade visa cuidar, educar, proteger e promover o desenvolvimento físico, emocional, social e cognitivo da criança (Tavares, 2024). Tavares (2024), refere que esta configuração familiar pode incluir ambos os progenitores — mãe e pai — bem como famílias formadas por casais homossexuais e crianças concebidas por métodos diversos ou provenientes de uniões anteriores.

A parentalidade positiva caracteriza-se pelo uso de elogios e afeto, o que favorece padrões de comportamento mais adaptativos nas crianças e resulta na redução de comportamentos de internalização e externalização, contribuindo para o seu bem-estar psicológico (Lee et al., 2023).

Ao longo dos tempos, tem-se verificado que a qualidade da parentalidade poderá ser determinante na probabilidade de surgimento de depressão infantil, sendo que a ausência de comunicação e interação eficazes entre pais e filhos aumenta esse risco, enquanto uma relação baseada no apoio e na cooperação tende a reduzi-lo (Lanjekar et al., 2022). Um vínculo saudável e respeitoso entre a criança e os pais favorece a aquisição de competências de autorregulação emocional. Essa educação empática oferece aos cuidadores estratégias adequadas para orientar o comportamento dos filhos de forma respeitosa (Muniz, 2025).

A parentalidade pode ser associada a um fator de risco ou de proteção, face ao surgimento de dificuldades emocionais na infância (Altafim & Oliveira, 2023), uma vez que as práticas parentais, entendidas como comportamentos enraizados em valores e crenças culturais, orientam o modo como os pais educam as suas crianças (Tavares, 2024).

Cumprе destacar o Modelo Tripartido da Influência Parental e Familiar na Regulação Emocional da Criança (Morris et al., 2007), que assenta na capacidade de os pais regularem as próprias emoções e na influência dessa regulação interferir no desenvolvimento emocional da criança, através de três pilares fundamentais. O primeiro pilar pressupõe que a criança aprenda a gerir as suas emoções, mediante a observação direta dos respetivos pais, visto que a modelagem constitui um processo essencial para a aquisição de determinados comportamentos. Os pais devem, através das interações quotidianas, demonstrar uma regulação emocional adequada, de modo a que a criança aprenda a autorregular-se. Segundo

Morris et al. (2007), constatou-se que os pais com tendência a expressar raiva face à criança evidenciam menor propensão a oferecer respostas eficazes de regulação emocional.

Quanto ao segundo pilar, este, centra-se nas práticas parentais, no modo como são adotadas e aplicadas, visando o desenvolvimento da regulação emocional nas crianças. Neste contexto, práticas parentais negativas — nomeadamente as baseadas na punição — dificultam a expressão adequada de emoções negativas, como a raiva ou a tristeza, por parte das crianças.

Por fim, o terceiro pilar refere-se ao ambiente familiar e às respostas emocionais da criança, visto que quando esta se encontra num contexto que favorece a expressão dos sentimentos, consegue manifestá-los de forma mais apropriada, em contrapartida, num ambiente que inibe essa expressão, surgem dificuldades emocionais que podem conduzir a quadros de internalização.

1.1. Estilos e Práticas Parentais

Uma vez que o desenvolvimento da criança exige atenção de um adulto, as práticas e os estilos parentais utilizados devem ser adaptativas, ou seja, deverão estar baseados no elogio e no carinho (Lee et al., 2023), de modo a fornecer recursos necessários para enfrentar e resolver problemas, promover a regulação emocional e favorecer a maturidade do pensamento (Lanjekar et al., 2022).

Baumrind (1966) foi uma autora pioneira na conceptualização dos estilos parentais, ao definir três categorias — autoritário, permissivo e autoritativo. Por sua vez, Hoffman (1975, citado por Pacheco, Silveira & Schneider, 2008), entende que as práticas parentais são técnicas utilizadas pelos pais para intervir em situações específicas com os filhos, sendo, contudo, influenciadas pela cultura de cada família.

Segundo a teoria de Baumrind (1966), os pais com estilo autoritário recorrem a práticas de afirmação de poder, controlo psicológico, punição física e críticas severas (Baumrind & Owen, 2010), o que leva os filhos a valorizar a obediência, em detrimento da sua autonomia e identidade (Baptista & Neto, 2019). Por outro lado, o estilo permissivo associa-se a progenitores flexíveis e pouco exigentes, correspondendo ao perfil mais liberal, que concede

maior liberdade comportamental às crianças e adota um papel passivo na definição de regras (Baumrind & Owens, 2010; Baptista & Neto, 2019).

Por fim, o estilo autoritativo relaciona-se com o controlo e liberdade, pois os pais estabelecem limites claros, mas são flexíveis e negociáveis, visto que têm em conta as opiniões dos filhos, promovendo um ambiente afetuoso, que favorece um desenvolvimento psicológico equilibrado (Baptista & Neto, 2019).

Maccoby e Martin (1983), seguiram a linha de pensamento de Baumrind (1966) e desenvolveram um novo estilo parental designado por “negligente”. Este estilo caracteriza-se por uma baixa responsividade e reduzida exigência por parte dos progenitores.

Após a proposta de Baumrind (1966), Hoffman (1975), identificou dois tipos de práticas parentais: Indutivas e Coercivas. Nas práticas indutivas, os pais explicam às crianças as consequências dos seus comportamentos, incentivando-as à reflexão com base em valores, ações e disciplina. Já as práticas coercivas envolvem o recurso à força, à punição e à privação, muitas das vezes acompanhadas de negligência, por exemplo: a falta de atenção ou de afeto e de comportamentos abusivos, como ameaças.

Os estilos parentais de Baumrind e as práticas parentais de Hoffman partilham o objetivo de estudar a influência do comportamento dos pais no desenvolvimento infantil, mas diferem no foco de estudo, em que os primeiros referem-se ao conjunto de atitudes adotadas pelos progenitores, enquanto que, as segundas descrevem os comportamentos específicos na interação pai-filho (Lawrenz et al., 2020).

1.2. Dimensões das Práticas Parentais

Na literatura, diversos autores definem vários tipos de dimensões das práticas parentais e como estas podem impactar o desenvolvimento da criança e a relação entre pais e filhos.

Perris et al. (1980), através da adaptação do *Egna Minnen Beträffande Uppfostran* (EMBU), um instrumento com o objetivo de avaliar os comportamentos parentais, identificaram as dimensões “aceitação-rejeição”; “autonomia-controlo psicológico”.

No estudo de Canavarro e Pereira (2007a), foram avaliadas três dimensões de práticas parentais, sendo elas: suporte emocional, rejeição e tentativa de controlo. O Suporte Emocional relaciona-se com a flexibilidade dos pais, bem como a qualidade da comunicação e os comportamentos de aceitação manifestados em relação aos seus respetivos filhos. A Rejeição, manifesta-se através de comportamentos hostis, tanto físicos como verbais, por parte dos pais. Por fim, a Tentativa de Controlo, refere-se com a regulação dos progenitores sobre os comportamentos da criança, de modo a que estes se alinhem com as suas expectativas (Canavarro & Pereira, 2007a).

O estudo de Canavarro e Pereira (2007b), teve como objetivo avaliar a perceção de crianças portuguesas, com idades entre os 8 e os 11 anos, acerca das práticas parentais dos pais. Conclui-se que, segundo a perceção das crianças, o suporte emocional praticado por ambos os pais revela níveis elevados, enquanto a tentativa de controlo apresenta níveis moderados a elevados. Os índices de rejeição situam-se entre o baixo e o moderado, sendo mais acentuados em relação às mães do que aos pais (Canavarro & Pereira, 2007b). Verificou-se, ainda, que as raparigas percecionam menor rejeição por parte de ambos os progenitores e menos controlo exercido pela figura paterna, enquanto os rapazes relatam menor suporte emocional por parte da mãe, contrastando com a elevada perceção de suporte materno caracterizado pelas meninas (Canavarro & Pereira, 2007b). Em síntese, este estudo determinou que as crianças demonstram uma maior perceção de suporte emocional, rejeição e tentativa de controlo por parte da mãe do que por parte do pai (Canavarro & Pereira, 2007b).

Costa et al. (2019), analisaram as dimensões parentais centradas no apoio à autonomia e no controlo. O apoio à autonomia traduz-se na capacidade de os progenitores proporcionarem um ambiente que estimule a liberdade de escolha, o respeito mútuo, a comunicação aberta e a resolução conjunta de problemas, encorajando as crianças a tomar decisões de forma autónoma. Já o controlo psicológico, é visto como uma prática parental intrusiva e restrita, em que existe a limitação no que diz respeito à expressão, liberdade e autonomia das crianças, ao impor as emoções e opiniões dos pais, que limitam a autorregulação infantil e aumentam o risco de problemas de internalização, depressão e ansiedade (Costa et al., 2019).

Em conjunto, estes estudos evidenciam uma forte relação entre o controlo psicológico parental e o desenvolvimento de problemas de internalização na infância.

1.3. As Práticas Parentais e o desenvolvimento socioemocional da criança

Conforme referido anteriormente, as práticas parentais influenciam o comportamento e a saúde mental das crianças, bem como efeitos nos problemas de internalização e externalização por elas manifestadas (Yeung et al., 2017). Quando a criança apresenta instabilidade emocional desde a sua infância, aumenta o risco de surgirem dificuldades sociais e emocionais, na ausência de cuidado e afeto, desenvolve-se baixa confiança (Lanjekar et al., 2022).

Os comportamentos parentais voltados para o apoio e o suporte emocional promovem o bem-estar infantil. Contudo, práticas caracterizadas por controlo psicológico e atitudes hostis prejudicam a saúde mental das crianças e, a longo prazo, elevam o risco do consumo de substância, baixa autoestima e tendências suicidas (Peng et al., 2021; Cheng, Wang & Wang, 2025).

A excessiva preocupação dos pais, perante os filhos, está associada a problemas de comportamento nas crianças, sendo que a relação entre os progenitores e a criança é essencial para o desenvolvimento saudável da criança (Cheng, Wang & Wang, 2025). De acordo com Altenburger e Schoppe-Sullivan (2020), enquanto os pais estimulam emocionalmente as crianças, com o objetivo de desenvolverem a capacidade de resolução de problemas, as mães, preparam as crianças para o controlo das emoções, refletindo a sua maior sensibilidade emocional (Altenburger & Schoppe-Sullivan, 2020). Neste processo, os progenitores ajudam as crianças a refletir sobre os seus estados emocionais, dado que, em idades precoces, estas não conseguem identificar o que sentem e, necessitam de orientação, tanto sobre as próprias vivências como sobre as dos que as rodeiam (Meins et al., 2013). Compreender as emoções dos outros, permite que as crianças possam lidar com situações sociais mais desafiadoras (Hughes et al., 2017).

As relações familiares e os problemas de internalização têm grande influência no desenvolvimento psicossocial da criança. Num estudo realizado no Brasil (Bolsoni-Silva & Loureiro, 2020), as práticas parentais consideradas negativas associadas à punição

correlacionaram-se imediatamente com problemas comportamentais, enquanto que, as práticas parentais positivas, orientadas pela comunicação e pelo afeto, vincularam-se às capacidades sociais da criança. Assim, as relações negativas entre os pais e os filhos levam a comportamentos problemáticos, enquanto as relações positivas entre pais e filhos, contribuem para o bem-estar da criança (Bolsoni-Silva & Loureiro, 2020).

Verifica-se que estas variáveis contribuem para o desenvolvimento desadaptativo e para a manifestação de futuros problemas psicológicos nas crianças, nomeadamente problemas de internalização (Hughes et al., 2017). A parentalidade marcada pela violência e pela negligência constitui um fator de risco, uma vez que potencia a ansiedade e a depressão nos mais novos (Li et al., 2024). Quando não existe intervenção precoce na ansiedade infantil, aumenta o risco de desenvolver ansiedade e depressão na idade adulta, sobretudo quando os progenitores adotam comportamentos de superproteção e controlo psicológico (Zeevi-Cousin e Lavenda, 2023).

Os autores concluíram que, práticas parentais coercivas, baseadas na violência e na punição, promovem o surgimento de ansiedade infantil, ao passo que práticas positivas, que fomentam o bem-estar da criança, diminuindo a ansiedade (Zeevi-Cousin e Lavenda, 2023).

Num estudo longitudinal, realizado com crianças entre os 7 e os 11 anos de idade, Cheng, Wang e Wang (2025), verificaram que as práticas parentais indutivas, caracterizadas por comportamentos maternos acolhedores e calorosos, não se associaram a problemas de internalização ou externalização, ao contrário das práticas negativas de ambos os progenitores, que estiveram correlacionadas com esses problemas emocionais.

Numa investigação realizada nos Países Baixos (Sluis, Steensel & Bögels, 2015), explorou-se a associação entre a parentalidade, os problemas de internalização e variáveis como o sexo e a idade da criança, constatou-se que as práticas parentais punitivas, como o controlo, relacionam-se com um aumento dos problemas de internalização, mas sem diferenças significativas entre raparigas e rapazes ou entre diferentes faixas etárias.

Por fim, uma meta-análise conduzida por Pinquart (2017), que integrou 1015 estudos sobre as associações entre dimensões e estilos parentais e problemas de internalização em crianças e adolescentes, avaliou as dimensões de controlo severo, controlo comportamental, controlo psicológico, autonomia e suporte emocional. Concluiu-se que, a internalização tende a diminuir ao longo do tempo, enquanto o controlo psicológico aumenta os problemas de

internalização. Assim, os problemas de internalização são mais baixos quando os pais adotam uma postura de suporte emocional e da promoção da autonomia, enquanto o controle severo e o psicológico associam-se a níveis mais elevados de internalização nas crianças.

Capítulo 2. Problemas de internalização e variáveis familiares

Bronfenbrenner (1992) refere que “o desenvolvimento humano envolve um conjunto de processos por meio dos quais as propriedades do indivíduo e do ambiente interagem e produzem continuidades e mudanças nas características da pessoa e no seu curso de vida” (p.191).

Segundo a literatura, os fatores inatos e adquiridos passaram a ser estudados de forma sistemática, originando a Teoria Ecológica do Desenvolvimento (Bronfenbrenner & Morris, 1998), em que o desenvolvimento resulta da interação entre a criança e o seu contexto, bem como das diversas relações que a rodeiam.

Bronfenbrenner e Morris (1998), identificaram quatro níveis que influenciam o ambiente em que a criança está inserida. O primeiro nível é designado por microssistema, que corresponde ao ambiente imediato em que a criança vive e estabelece laços, como a família e a escola. O mesossistema integra as inter-relações entre vários microssistemas, por exemplo, a relação familiar com a escola. O exossistema inclui contextos que, embora não envolvam a criança diretamente, exercem influência indireta. Por fim, o último nível refere-se ao macrosistema abrangendo a sociedade em que a criança está inserida, incluindo valores culturais, tradições, costumes e as condições económicas familiares.

Bronfenbrenner (1979), sublinha que estes níveis podem influenciar o desenvolvimento da criança, mas são os processos proximais, ou seja, as interações recíprocas entre a criança e os membros do seu contexto mais próximo, que se revelam determinantes.

A psicologia do desenvolvimento da criança destina-se à compreensão das alterações que ocorrem desde a infância até à adolescência (Berk, 2010). O desenvolvimento infantil é um procedimento ativo e especial para cada criança, manifestado através das alterações motoras, cognitivas, socioemocionais e linguísticas. O contexto em que a criança está inserida, influencia este processo, e a ausência da figura materna ou paterna pode originar consequências no desenvolvimento global da criança como dificuldades na aprendizagem e na regulação das emoções (Aquino et al., 2024).

Por isso, o ambiente em que a criança vive deve garantir-lhe proteção emocional, através dos progenitores, de modo a que ela possa identificar as suas necessidades, resolver conflitos e

adquirir competências emocionais, promovendo uma relação saudável entre pais e filhos (Aquino et al., 2024).

Em suma, o desenvolvimento infantil é influenciado pelos processos familiares e pela sociedade. Neste sentido, a parentalidade apresenta um papel crucial para o desenvolvimento saudável da criança, visto que, esse cuidado inclui aspectos físicos, emocionais e sociais e as práticas parentais devem focar-se na segurança e na autonomia da criança, de forma a desenvolver competências a nível social (Leite et al., 2022).

2.1. Ambiente familiar e fatores de risco

O ambiente familiar é importante para o desenvolvimento das crianças, pois este normalmente assegura estabilidade e segurança (Arnaud-López, 2023).

De acordo com Nevárez-Espinoza et al. (2022), “o ambiente familiar é de extrema importância na formação emocional, no desenvolvimento do autoconceito e da personalidade” (pp.736-737).

Na literatura, o ambiente familiar é representado como um espaço de aprendizagem de comportamentos, reações e valores que são importantes para a adaptação da criança. Este contexto desempenha um papel importante no desenvolvimento da criança e torna-se fundamental que os pais promovam uma comunicação transparente, pois melhora a interação dos pais e filhos (Nevárez-Espinoza et al., 2022). Contudo, este ambiente pode dar às crianças um apoio físico e social, mas para além disso entregar sofrimento e ansiedade, através de um ambiente desadaptativo, que causa consequências no desenvolvimento da criança, uma que vez a criança desenvolve comportamentos desajustados, baixa autoestima e problemas emocionais (Nevárez-Espinoza et al., 2022).

O estudo de Nevárez-Espinoza et al. (2022) analisou a perceção das crianças e adolescentes sobre o ambiente familiar, bem como a perceção dos pais. Cerca de 25% das crianças consideraram o seu ambiente familiar como positivo, enquanto 67%, o consideraram inadequado, fator que pode contribuir para problemas emocionais, bem como comportamentais. Por outro lado, 50% dos pais acreditam que o seu ambiente familiar é adaptativo, enquanto 17% mencionam que o ambiente é desagradável. Neste sentido, o

contexto familiar pode constituir um fator de risco para o desenvolvimento de perturbações psicológicas na infância.

Bronfenbrenner (1979) enquadra a família no microsistema da Teoria Ecológica, uma vez que este nível evidencia o desenvolvimento infantil através de elementos de comunicação e interação nos diversos contextos da vida da criança. Neste sentido, os contextos familiares disfuncionais tendem a provocar dificuldades emocionais e comportamentos de risco, aumentando o risco para problemas de internalização e externalização (Bagur, Paz-Lourido & Verger, 2022).

De acordo com Zvara et al. (2018) um ambiente familiar favorável e seguro é essencial para o desenvolvimento da regulação emocional nos primeiros anos de vida. Quando os pais proporcionam esse contexto de estabilidade, aumenta a probabilidade de um desenvolvimento saudável e adequado. Em contrapartida, práticas parentais agressivas e intrusivas, desenvolvem níveis mais elevados de problemas de internalização, caracterizados por tristeza, ansiedade e solidão, bem como problemas de externalização, identificado por dificuldade no controlo dos impulsos e comportamento agressivo.

Os conflitos familiares e a qualidade do vínculo com os pais são apontados como um fator de risco para problemas de internalização e externalização entre crianças. Por esse motivo, é fundamental implementar estratégias que minimizem os conflitos familiares, de modo a permitir que a criança cresça num ambiente facilitador e saudável para o seu desenvolvimento (Lin, Schleider & Eaton, 2021).

Num estudo conduzido nos Estados Unidos da América com crianças entre os 9 e os 12 anos de idade, Lin, Schleider e Eaton (2021) comprovaram que quanto maior for a aceitação dos pais e menor a frequência dos conflitos familiares, mais reduzidos se tornam os problemas de internalização e externalização da criança. Por fim, a falta de comunicação entre pais e filhos poderá agravar os problemas de internalização (Altenburger & Schoppe-Sullivan, 2020).

2.2. Problemas de Internalização e práticas parentais

Achenbach et al. (2016), definem os termos de “internalização” e “externalização” para descrever dois tipos de problemas de saúde mental na infância e adolescência. Os problemas

de internalização relacionam-se com sintomas que afetam o mundo interno da criança, nomeadamente o surgimento de depressão, medo, tristeza, ansiedade e queixas somáticas. Já os problemas de externalização referem-se a comportamentos externos, incluindo hiperatividade e comportamentos agressivos. Deste modo, os problemas de internalização e externalização, podem ser entendidos como uma “cascata desenvolvimental”, ou seja, o funcionamento anormal por exemplo, comportamentos agressivos, influencia o funcionamento de outras áreas importantes como por exemplo, a aprendizagem.

Os problemas de internalização podem causar danos em várias áreas da vida dos indivíduos, gerando perturbações emocionais e problemas sociais e económicos (Pedersen et al., 2019). Estas adversidades podem ser descritas através da junção de sintomas cognitivos, fisiológicos e comportamentais, relacionados ao funcionamento desadaptativo, nomeadamente sintomas de ansiedade e depressão (Wergeland et al., 2021). Também se verificam prejuízos a nível do funcionamento adaptativo, relacionamentos, atividades e competências académicas (Caldwell et al., 2021).

Skoczeń (2022) encontrou uma relação entre o ambiente familiar e os problemas de internalização revelando que níveis elevados de controlo parental aumentam a probabilidade de surgirem comportamentos inadequados na criança e reduzem a ocorrência de comportamentos pró-sociais. Um outro estudo, desenvolvido na China, por Yeung et al. (2017), indica que a expressão de problemas de internalização e externalização conforme o sexo da criança, observando-se que os rapazes apresentam mais problemas de externalização, ou seja, maiores dificuldades comportamentais do que as raparigas.

Além disso, práticas parentais, como a dificuldades em expressar sentimentos ou um controlo excessivo sobre as ações dos filhos, poderão contribuir para o surgimento de problemas de internalização e externalização, ao prejudicarem a regulação emocional das crianças (Franz & McKinney, 2018).

De acordo com a literatura, entre 10% a 20% das crianças e adolescentes, a nível mundial, têm algum tipo de problema de saúde mental, nomeadamente perturbações de ansiedade e depressão (Costa et al., 2024). A depressão infantil encontra-se frequentemente associada ao ambiente familiar, em particular as práticas parentais, tais como as agressões e negligência, que aumentam significativamente o risco de desenvolver perturbações depressivas (Oppenheimer, Hankin & Young, 2018).

O divórcio constitui igualmente um fator de risco para problemas de internalização e externalização na infância, uma vez que impõe às crianças preocupações e responsabilidade próprias dos adultos (Omkarappa & Rentala, 2019). De igual modo, as crianças expostas a maus-tratos parentais apresentam um risco elevado de dificuldades nas relações familiares, bem como de depressão e ansiedade (Alves et al., 2022).

Segundo o estudo de Oppenheimer, Hankin & Young (2018) nos EUA, verificaram que fatores ambientais adicionais, como o stress parental, poderão agravar o risco de depressão nas crianças, sobretudo quando combinados com práticas parentais de punição física, o que potencia o aparecimento de problemas de internalização e externalização na infância

Lima e colaboradores (2024), associam a depressão infantil e a ansiedade a diferentes fatores como, incluindo a predisposição genética e a relação familiar. Consoante o estudo destes autores (2024), o contexto familiar, nomeadamente o conflito familiar, está associado a sintomas emocionais e de ansiedade nas crianças, enquanto a cooperação familiar não se correlaciona a sintomas emocionais e de ansiedade. Torna-se essencial identificar os fatores de risco, nomeadamente, o contexto em que a criança vive, que contribuem para o aparecimento de perturbações psicológicas na infância, bem como os fatores de proteção capazes de mitigar esses riscos (Masten & Gewirtz, 2006).

Os problemas de internalização apresentam consequências a longo prazo, podendo persistir na idade adulta, pelo que se impõe a adoção de medidas de prevenção e intervenção precoce (Chatterton et al., 2020).

Na infância, as perturbações emocionais têm um carácter multifatorial, resultante de fatores biológicos, temperamentais e ambientais, sobressaindo o papel das práticas parentais no seu desenvolvimento (Fava & Marin, 2023).

2ª parte:

Enquadramento Empírico

Capítulo 3. Metodologia

O objetivo deste estudo é compreender qual o impacto que as práticas parentais têm nos problemas de internalização das crianças.

A metodologia quantitativa é objetiva e utiliza análises estatísticas para analisar os dados que são recolhidos. Neste sentido, segue uma estrutura rigorosa com o objetivo de mensurar os dados no que diz respeito à intensidade e frequência, permitindo, assim, validar o conhecimento científico com base nos resultados obtidos (Rodrigues, Oliveira & Santos, 2021).

O presente estudo, de caráter exploratório, adota uma metodologia quantitativa, sendo o estudo do tipo descritivo correlacional, uma vez que o seu objetivo é explorar as relações que existem entre as variáveis e descrevê-las (Fortin, 2006). Neste estudo, procura-se entender qual a correlação entre a internalização e as dimensões das práticas parentais, ou seja, Suporte Emocional, Rejeição e Tentativa de Controlo.

Para compreender o problema em estudo, foram questionadas crianças e os respetivos pais e mães, no contexto do estágio da investigadora, sobre a perceção de ambos acerca das práticas parentais e ainda a perceção dos pais, sobre os comportamentos dos seus filhos.

3.1. Objetivos de Investigação

O objetivo principal desta investigação é compreender quais os impactos das práticas parentais na manifestação de problemas de internalização em crianças, com idades entre os 6 e os 10 anos, numa amostra normativa.

Já os objetivos específicos focam-se em:

1. Identificar os problemas emocionais em crianças dos 6 aos 10 anos.
2. Identificar as práticas parentais de pais de crianças dos 6 aos 10 anos.
3. Analisar a tipologia das práticas parentais associadas à manifestação de problemas de internalização.
4. Analisar as práticas parentais de acordo com a idade e o sexo das crianças.
5. Comparar as práticas parentais na perspetiva dos pais e das crianças.

3.2. Questões e Hipóteses de Investigação

A formulação de questões e de hipótese de investigação, é importante pois permite orientar a recolha de dados e conferir a coesão metodológica do estudo.

Fortin (2009), considera que as questões de investigação ajudam a esclarecer o que se pretende estudar e quais os objetivos do estudo, contribuindo para a coerência do trabalho científico. Já as hipóteses conduzem a recolha e análise de dados, verificando se as expectativas teóricas criadas corroboram com a parte prática do estudo (Hernández, Fernández & Baptista, 2014).

Neste sentido, foram enunciadas as seguintes questões de investigação:

1. Como é que as práticas parentais são percebidas pelos pais e pelas crianças?
2. Qual a frequência dos problemas de internalização em crianças entre os 6 e os 10 anos?
3. Que tipo de práticas parentais influenciam os problemas de internalização nas crianças entre os 6 e os 10 anos?
4. Como é que a idade das crianças está relacionada com as práticas parentais e os problemas de internalização?
5. De que forma variam as práticas parentais em função do sexo da criança?

No que diz respeito às hipóteses que suportam o presente estudo, espera-se que:

a): Relativamente aos pais:

(H1): o Suporte Emocional não esteja associado a problemas de internalização nas crianças;

(H2): a Rejeição e a Tentativa de controlo estejam associadas a problemas de internalização nas crianças.

b): Relativamente às crianças:

(H3): as meninas apresentam mais problemas de internalização do que os meninos;

(H4): a percepção de Suporte Emocional parental não esteja associada a problemas de internalização nas crianças;

(H5): a percepção de Rejeição e a Tentativa de Controlo parentais estejam associadas a problemas de internalização nas crianças.

3.3. Participantes

Sendo uma amostra de conveniência, os participantes respondem a critérios de inclusão (Fortin, 2009) e, para esta investigação foram considerados os seguintes: crianças com idades entre os 6 e os 10 anos; dominar a língua portuguesa; e a criança habitar com pelo menos um dos progenitores. Nos critérios de exclusão, foram considerados crianças com idade inferior a 6 anos ou superior a 10 anos; não dominar a língua portuguesa e viver com familiares ou outros que não os pais e crianças institucionalizadas.

A amostra foi recolhida numa população normativa, em contexto escolar, com crianças entre 6 e os 10 anos de idade, que frequentavam o 1º até ao 4º ano de escolaridade, e os seus respetivos pais, em que todos dominam a língua portuguesa e apresentam nacionalidade portuguesa. A amostra final é constituída por 74 crianças e respetivos pais, sendo que 34 (45.9%) do sexo feminino e 40 (54.1%) do sexo masculino com idades compreendidas entre os 6 e os 10 anos ($M= 7.64$, $DP= 1.17$), em que a maior percentagem de crianças frequenta o 3º ano de escolaridade ($n= 22$; 29.7%) (Tabela 1).

Relativamente ao agregado familiar, grande parte dos participantes vivem com ambos os pais ($n=70$, 94.6%) e com algum irmão/irmã, uma vez que 52.7% dos progenitores têm 2 filhos.

Tabela 1*Características sociodemográficas das crianças*

		<i>n</i>	%
Sexo	Feminino	34	45.9
	Masculino	40	54.1
Idade	6 anos	18	24.3
	7 anos	12	16.2
	8 anos	26	35.1
	9 anos	15	20.3
	10 anos	3	4.1
Escolaridade	1º ano	18	24.3
	2º ano	16	21.6
	3º ano	22	29.7
	4º ano	18	24.3

Relativamente aos progenitores ($N=74$), 89.2% são do sexo feminino ($n=66$) e 10.8% do sexo masculino ($n=8$). As mães apresentam idades compreendidas entre os 27 e os 49 anos ($M=38.80$, $DP=4.16$), enquanto os pais apresentam idades entre os 30 e 49 anos ($M=38.50$, $DP=6.23$). Verifica-se ainda que 90.5% dos progenitores ($n=67$) encontram-se casados/união de facto (Tabela 2) e que a maioria tem concluído o 12º ano ($n=32$, 41.6%) e a Licenciatura ($n=22$, 28.6%).

Tabela 2*Características sociodemográficas dos progenitores*

		<i>n</i>	%
Progenitores	Mãe	66	89.2
	Pai	8	10.8
Estado civil	Solteiro	2	2.7
	Casado/união de facto	67	90.5
	Divorciado	3	4.1
	Separado	2	2.7
Habilitações literárias	4º ano	1	1.3
	12º ano	32	41.6
	Licenciatura	33	28.6
	Mestrado	7	1.5
	Outro	15	19.5

3.4. Material

Para a realização deste estudo os instrumentos seleccionados foram o Questionário Sociodemográfico, elaborado pela investigadora (Anexo G), o *Strengths and Difficulties Questionnaire para os pais* (SDQ-P) e os *Questionários Egna Minnen av Beträffande Uppfostran* para Pais (EMBU-P) e para Crianças (EMBU-C).

3.4.1. Questionário Sociodemográfico

O Questionário Sociodemográfico foi elaborado, para conseguir recolher informações sobre os participantes, bem como assegurar o cumprimento dos critérios de inclusão do estudo.

Este questionário está dividido em duas partes, sendo que a primeira parte é referente aos dados dos pais e a segunda parte aos dados da criança. No total foram apresentadas 18 questões tanto de resposta aberta como fechada assentes em tópicos como: data de nascimento; idade; naturalidade, nacionalidade, domínio da língua portuguesa (e.g. sim ou não), sexo (e.g. feminino ou masculino), estado civil (e.g. solteiro, casado/união de facto, divorciado, viúvo), agregado familiar (e.g. pais, pai, mãe, filhos, avô/avó, outros), profissão. Para os dados da criança foram acrescentadas questões como escolaridade (e.g. 1º, 2º, 3º e 4º ano) e com quem reside (e.g. pais, mãe, pai, outro).

3.4.2. *Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ-P, Goodman, 1997)*

Este questionário foi originalmente desenvolvido por Robert Goodman (1997) e posteriormente adaptado e validado para a população portuguesa por Fleitlich e colaboradores (2005). É um questionário de rastreio, ou seja, *screening*, sobre os problemas de saúde mental, em crianças e adolescentes, que permite obter resultados sobre os comportamentos das crianças na percepção dos pais (Machado & Diogo, 2017). É constituído por 25 itens, numa escala de tipo Likert de três pontos, ou seja, a) “Não é verdade”; b) “É um pouco de verdade”; c) “É muito verdade” e está organizado em 5 subescalas: quatro de problemas (“Escala de Sintomas Emocionais” (SE), “Escala de Problemas de Comportamento” (PC), “Escala de Hiperatividade” (H), “Escala de Problemas de Relacionamento com os Colegas” (PRC)) e uma de competências (“Escala de Comportamento Pró-social” (PS)) (Goodman et al., 2010). Este estudo será focado nas Escalas de SE e PRC, que traduzem no seu conjunto a dimensão de internalização.

Verifica-se que em amostras de alto risco existe tendência de apresentar valores limítrofes e atípicos, enquanto em amostras de baixo risco existe uma predisposição para uma pontuação mais baixa, logo valores normais. Esta informação encontra-se disponível de acesso livre no SDQinfo.

Na Tabela 3 estão apresentadas as pontuações das subescalas que pontuam a dimensão de internalização do SDQ-P.

Tabela 3*Pontuação das subescalas da dimensão de internalização do SDQ*

Pontuação das subescalas do SDQ			
Subescalas SDQ-P	Normal	Limítrofe	Atípico
Pontuação dos Sintomas Emocionais	0-3	4	5-10
Pontuação para os Problemas com os Colegas	0-2	3	4-10

Nota. Esta informação está disponível de livre acesso em SDQinfo.

Relativamente às qualidades psicométricas do SDQ, da consistência interna, pelos valores do coeficiente alpha de Cronbach obtidos nas três subescalas, sendo que os Problemas de Internalização apresentam um valor de 0.72, os Problemas de Externalização 0.79 e, por fim, o Comportamento pró-social um valor de 0.70. Assim, existem valores de confiabilidade aceitáveis para este questionário (Costa et al., 2019).

3.4.3. *Egna Minnen Beträffande Uppfostran (EMBUP e EMBU-C)*

É um instrumento, com duas versões, originalmente criado para a avaliação dos estilos parentais, numa versão de autorrelato e hetero-relato. Foi desenvolvido por Perris e colaboradores (Perris, Jacobsson, Lindstrom, com Knorrning & Perris, 1980, citado por Canavarro & Pereira (2007) e adaptado para a população portuguesa em 1999, por Canavarro, designado por EMBU-P (Canavarro, 1999). Este instrumento é constituído por 42 itens e três dimensões: Suporte Emocional, Rejeição e Tentativa de Controlo.

A dimensão Suporte Emocional demonstra a expressão verbal e física por parte dos progenitores e verifica-se que 14 itens da prova. A dimensão Rejeição é descrita através de agressões e a não aceitação dos pais, pela criança e é constituída por 17 itens. Por fim, a

Tentativa de Controlo é então descrita por exigências dos pais, em relação aos filhos, e constituem 11 itens. Todos estes itens são avaliados numa escala de tipo Likert, de quatro categorias: “Não, nunca” a “Sim, sempre” (Canavarro & Pereira, 2007a).

Já o EMBU-C, versão aplicada às crianças, foi adaptado para a população portuguesa por Canavarro e Pereira (1999). Este instrumento é utilizado para a avaliação dos estilos parentais na perspetiva da criança, de forma separada para o pai e para a mãe. Esta versão considera um total de 32 itens, com a dimensão “suporte emocional”, com 14 itens, “rejeição”, com 17 itens, “tentativa de controlo”, com 11 itens. Por fim, todos os itens são avaliados através de uma escala de tipo Likert, de quatro pontos, desde “Não, nunca” até “Sim, sempre” (Canavarro & Pereira, 2007b).

No que diz respeito às qualidades psicométricas do EMBU-P, o instrumento foi avaliado através da consistência interna, apresentando os valores do coeficiente *alpha de Cronbach*. Neste sentido, foram obtidos os valores das três dimensões, sendo que o suporte emocional tem um valor de 0.82 referente aos pais, e de 0.80 nas mães, na dimensão rejeição 0.78 para os pais, e 0.74, para as mães, e, por fim, a tentativa de controlo, que apresenta 0.73 para os pais, e 0.71 para as mães. Assim, os resultados revelam que este instrumento tem uma elevada consistência interna, visto que o valor do coeficiente de *alpha de Cronbach* é de 0.71 e 0.82 (Canavarro & Pereira, 2007a).

Já o EMBU-C foi avaliado através da consistência interna, demonstrando o *alpha de Cronbach* das dimensões são os seguintes valores: suporte emocional de 0.85, para os pais, e 0.83, para as mães, rejeição de 0.62, para os pais, e 0.63, para as mães; e, por fim, tentativa de controlo de 0.65, para os pais e 0.63, para as mães. Este instrumento apresenta valores de *alpha de Cronbach* com um intervalo de 0.65 a 0.85, mostrando uma menor consistência interna na dimensão tentativa de controlo (Canavarro & Pereira, 2007b).

Nas tabelas abaixo estão representados os valores médios de referência da adaptação da população portuguesa, das três dimensões do EMBU-P (Tabela 4) e EMBU-C (Tabela 5), de acordo com as mães e os pais (Canavarro & Pereira, 2007).

Tabela 4*Médias das dimensões EMBU-P pai e mãe (Canvarro & Pereira, 2007)*

	Pai	Mãe
Dimensões	<i>M</i>	<i>M</i>
Suporte Emocional	44.56	47.95
Rejeição	26.98	27.52
Tentativa de Controlo	28.10	29.87

Tabela 5*Médias das dimensões EMBU-C pai e mãe (Canvarro & Pereira, 2007)*

	Pai	Mãe
Dimensões	<i>M</i>	<i>M</i>
Suporte Emocional	43.46	44.47
Rejeição	11.94	12.07
Tentativa de Controlo	23.48	24.60

3.5. Procedimentos

Primeiramente, para a realização deste estudo houve uma pesquisa bibliográfica, para compreender melhor o tema em questão. De seguida, o projeto foi submetido à Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa, da qual teve o parecer positivo (Anexo A) e realizado um pedido de autorização à Direção do Externato, para a recolha de dados (Anexo B).

Foi solicitado, formalmente, a autorização para a utilização da prova EMBU (versões EMBU-P e EMBU-C) à autora (Anexo C), da qual se obteve uma resposta favorável (Anexo D). O SDQ-P encontra-se publicado e de livre acesso em SDQinfo. Posteriormente, divulgou-se o estudo junto dos pais, para que os mesmos indicassem a sua disponibilidade, através de um documento com os seus contactos. Esta divulgação foi realizada nas turmas do 1º ao 4º ano, em contexto de estágio. De seguida, após os pais/responsáveis legais dos participantes terem confirmado a sua anuência à participação e estarem informados do objetivo do estudo, foi preenchido o consentimento informado da Comissão de Ética da Universidade Fernando Pessoa (Anexo E e F) para assegurar a confidencialidade dos dados recolhidos.

Em relação ao preenchimento dos instrumentos, o Questionário Sociodemográfico, foi enviado, aos pais, através das crianças, num envelope fechado, para que os pais respondessem ao mesmo, e para a aplicação do SDQ-P e EMBU-P, os instrumentos também foram codificados e seguiram todos no mesmo envelope e, no final, entregues à investigadora. Por último, para o preenchimento do EMBU-C, pelas crianças, foi pedido a colaboração das professoras, juntamente com a investigadora em contexto de sala de aula cujos pais formularam o consentimento; no final, foram os questionários, em envelopes fechados e codificados, e entregues à investigadora. No final de todos os dados recolhidos, passou-se à criação de uma base de dados, com recurso ao programa IBM-SPSS (*Statistical Package for Social Sciences*) versão 29.0. Por fim, é importante realçar que todos os dados recolhidos para esta investigação foram apenas utilizados para o objetivo do estudo, e estão arquivados numa *pen* de utilização única, para garantir a confidencialidade e segurança dos dados, pela investigadora, garantindo o cumprimento dos princípios éticos da investigação (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2024).

Capítulo 4. Resultados

Neste capítulo são apresentados os resultados obtidos ao longo desta investigação. Na primeira parte, realizou-se a análise descritiva dos dados dos questionários, ou seja, o SDQ-P, EMBU-P e EMBU-C, sendo que esta análise inclui médias, medidas de dispersão, desvios-padrões e tendência central. Já na segunda parte, procedeu-se à análise inferencial, com o objetivo de explorar as relações entre as variáveis e dar resposta às questões de investigação, bem como as hipóteses formuladas. Para isso, foram utilizados testes estatísticos como a correlação de Spearman, teste de Mann-Whitney (U) e também a representação gráfica de resultados relevantes. Os resultados são apresentados através de tabelas e gráficos, acompanhados da sua interpretação.

4.1. Análise descritiva: subescalas SDQ-P e dimensões do EMBU (P e C)

Neste trabalho foi investigado que tipo de práticas parentais estão associadas aos problemas de internalização nas crianças e como essa relação é influenciada por outros fatores como, por exemplo, o género e a idade.

Para analisar a perceção dos pais (N= 74) sobre os problemas de internalização das crianças, foi realizada a análise descritiva das subescalas do SDQ-P (Tabela 6). É importante referir que as subescalas consideradas para esta análise da internalização, foram a escala de “Sintomas Emocionais” e a escala de “Problemas de Relação com os colegas”.

Tabela 6

Valores de dispersão dos resultados por subescalas e por dimensão de internalização do SDQ-P

SDQ-P	<i>M</i>	<i>DP</i>	<i>Min.</i>	<i>Máx.</i>
Subescala Sintomas emocionais	3.11	1.52	1	8
Subescala Problemas de Relacionamento com os colegas	2.55	1.19	0	7
Dimensão de Internalização	5.66	2.16	2	13

Segundo os valores apresentados na Tabela 6 os valores das subescalas estão abaixo do valor mínimo da categoria atípico. Neste sentido, verifica-se que esta amostra é de baixo risco, uma vez que tanto os Sintomas Emocionais como os Problemas de Relacionamento com os colegas, apresentam valores dentro do normal sem risco de valores atípicos.

Para a compreensão da frequência dos problemas de internalização nas crianças, procurou-se observar a distribuição dos dados e dos outliers a partir do gráfico de caixa de bigodes (*boxplot*).

De forma a analisar os dados relativos à percepção dos pais e das crianças (N=74) sobre as práticas parentais, foi realizada a análise descritiva das dimensões do EMBU-P e EMBU-C, respetivamente, como estão expostas nas tabelas abaixo (Tabela 7 e Tabela 8).

Tabela 7*Valores de dispersão das dimensões do EMBU-P na amostra*

Dimensões	<i>M.</i>	<i>DP</i>	<i>Mín.</i>	<i>Máx.</i>
Suporte Emocional	49.05	3.90	39	56
Rejeição	26.91	5.08	17	41
Tentativa de controlo	29.39	4.21	18	41

Tabela 8*Valores de dispersão das dimensões do EMBU-C na amostra*

Dimensões	<i>M.</i>	<i>DP</i>	<i>Mín.</i>	<i>Máx.</i>
Suporte Emocional	92.97	10.80	56	112
Rejeição	29.22	6.44	18	44
Tentativa de controlo	51.80	8.51	35	72

Os resultados dos valores de dispersão do EMBU-P e EMBU-C na amostra, apresentam diferenças. No Suporte Emocional, tanto os pais como as crianças, apresentam valores elevados, mas ainda assim verifica-se uma grande divergência nas crianças. Na dimensão Rejeição, os valores são bastante semelhantes, apesar de existirem valores superiores nas

crianças. Por fim a Tentativa de Controlo, também apresenta resultados diferentes tanto nos pais como nas crianças, mas as crianças percebem mais controlo do que os pais.

Nas tabelas 9 e 10, é efetuada a comparação entre os valores da amostra portuguesa das dimensões do EMBU-P e EMBU-C (Canavarro & Pereira, 2007a e b) de acordo com os valores já apresentados anteriormente, e os valores da amostra em estudo.

Tabela 9

Comparação das médias da população portuguesa (Canavarro & Pereira, 2007a) e as médias da amostra nas dimensões do EMBU-P

Dimensões EMBU-P	Mães		Pais	
	Canavarro & Pereira	Amostra	Canavarro & Pereira	Amostra
Suporte Emocional	47.95	49.28	44.56	48.38
Rejeição	27.52	26.70	26.98	27.25
Tentativa de Controlo	29.87	29.38	28.10	29.88

Tabela 10

Comparação das médias da população portuguesa (Canavarro & Pereira, 2007b) e as médias da amostra nas dimensões do EMBU-C

Dimensões EMBU-C	Mães		Pais	
	Canavarro & Pereira	Amostra	Canavarro & Pereira	Amostra
Suporte Emocional	44.47	46.92	43.46	46.05
Rejeição	12.07	14.64	11.94	14.58
Tentativa de Controlo	24.60	26.07	23.48	25.73

Verificam-se algumas diferenças entre as médias da população portuguesa e as médias da amostra do presente estudo. Os progenitores da amostra, apresentam valores de Suporte Emocional e Tentativa de Controlo ligeiramente superiores aos da população portuguesa, enquanto a Rejeição apresenta valores semelhantes. Já na perceção das crianças, as práticas parentais da amostra são caracterizadas por valores ligeiramente superiores nas dimensões Suporte Emocional, Rejeição e Tentativa de Controlo, comparado com os valores de referência da população portuguesa.

4.2. Análise Inferencial: Práticas parentais, problemas de internalização, sexo e idade

Nesta parte, são apresentados os resultados obtidos no presente estudo. Os resultados estão organizados de acordo com as 1) questões de investigação e 2) hipóteses formuladas, para análise das associações entre as variáveis do estudo e da amostra, considerando a perceção dos pais e das crianças sobre as práticas parentais, e os problemas de internalização.

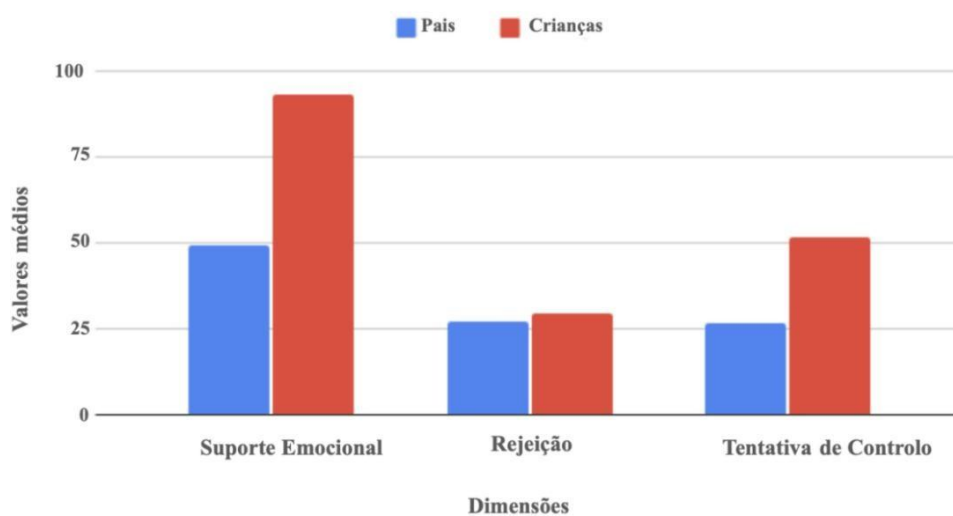
Na análise inferencial, os dados apresentados são da amostra global, ou seja, a junção dos pais e mães.

Questão de investigação 1: Como é que as práticas parentais são percecionadas pelos pais e pelas crianças?

Para compreender a perceção dos pais e das crianças sobre as práticas parentais, foi realizada uma análise entre as dimensões do EMBU-P e EMBU-C (Gráfico 1).

Gráfico 1

Comparação entre as dimensões do EMBU-P e EMBU-C



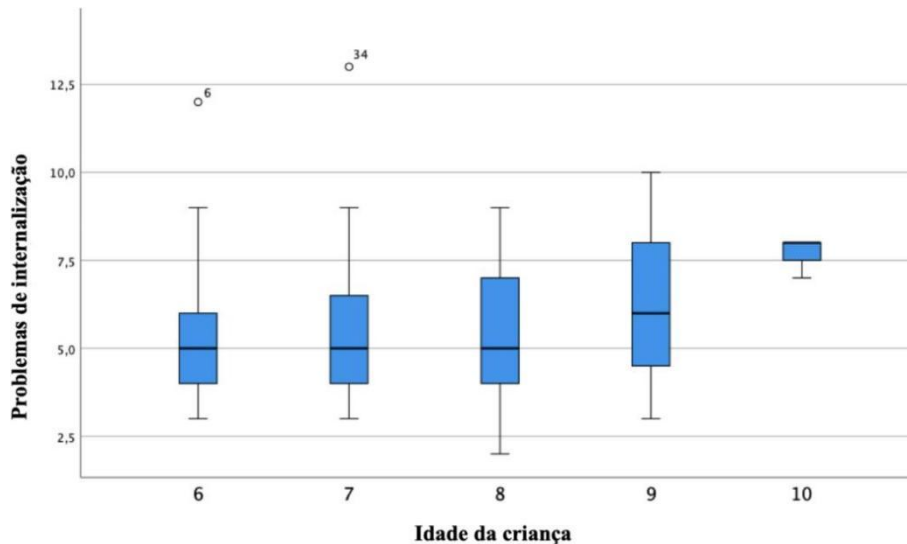
No gráfico 1, verificaram-se algumas discrepâncias no que diz respeito às perceções dos pais e das crianças, relativamente às práticas parentais. As crianças revelam valores médios (Tabela 8) mais elevados, no que diz respeito ao Suporte Emocional, do que os pais (Tabela 9). No que diz respeito à Rejeição, os valores médios revelam-se semelhantes. Por fim, na dimensão Tentativa de Controlo os valores médios das crianças são superiores aos dos pais.

Questão de investigação 2: Qual a frequência dos problemas de internalização em crianças entre os 6 e os 10 anos?

Para responder a esta questão de investigação, foi realizado um gráfico com o objetivo de compreender a distribuição dos problemas de internalização na infância.

Gráfico 2

Distribuição dos problemas de internalização nas crianças



De acordo com o gráfico 2, é possível verificar que as crianças com idades entre os 6 e os 8 anos, demonstram valores com medianas de 5 pontos nos problemas de internalização. Nas idades entre os 9 e os 10 anos, observa-se uma tendência para um ligeiro aumento nos problemas de internalização. Importante referir que há apenas uma criança com 10 anos. Por fim, é possível observar que foram identificados dois valores atípicos (outliers), sendo no grupo dos 6 anos (caso 6) e no grupo de 7 anos (caso 39). Estes valores são superiores aos restantes elementos, o que pode indicar sinalização de níveis mais elevados de problemas de internalização.

Questão de investigação 3: Que tipo de práticas parentais influenciam os problemas de internalização nas crianças entre os 6 e os 10 anos?

Esta questão de investigação está integrada nas hipóteses 1 e 2.

Questão de investigação 4: Como é que a idade das crianças se relaciona com as práticas parentais?

Em prol da compreensão da distribuição das variáveis entre a idade e as práticas parentais, recorreu-se ao teste de Shapiro-Wilk (cf. Anexo H) para analisar se as variáveis seguiam distribuição normal. Uma vez que não é garantido o pressuposto da distribuição normal para

todas as variáveis utilizou-se o teste de correlação de Spearman. Os resultados encontram-se na tabela abaixo (Tabela 11).

Tabela 11

Relação entre as idades das crianças e as práticas parentais

Idade	Dimensões EMBU-P		
	SE	R	TC
	-.106	-.038	-.024

Consoante os resultados obtidos, verifica-se que não existem correlações significativas entre a idade das crianças e as práticas parentais dos pais ($p > .05$). Estes resultados mostram que os comportamentos dos pais como o Suporte Emocional, Rejeição e Tentativa de Controlo, parecem não estar associados de forma significativa, a idade das crianças presentes nesta amostra.

Questão de investigação 5: *De que forma variam as práticas parentais em função do sexo das crianças?*

Para analisar as diferenças nas práticas parentais em função do sexo das crianças, recorreu-se à análise de distribuição da amostra através do teste de normalidade de Shapiro-Wilk. Uma vez que não é garantido o pressuposto da distribuição normal para todas as variáveis recorreu-se ao teste de Mann-Whitney (U). No que diz respeito aos resultados encontrados não existem diferenças estatisticamente significativas entre meninos e meninas nas dimensões Suporte Emocional ($U= 596.5$, $Mdn= 50$, $p=.363$), na Rejeição ($U=650.5$, $Mdn=26$, $p=.748$) e na Tentativa de Controlo ($U=661$, $Mdn=29$, $p=.836$).

H1 e H2: *Espera-se que o Suporte Emocional não esteja associado a problemas de internalização nas crianças (H1) e que a Rejeição e a Tentativa de Controlo estejam associadas a problemas de internalização (H2).*

De modo a analisar a relação entre as práticas parentais e os problemas de internalização, procedeu-se à análise da distribuição da amostra com recurso ao teste de normalidade de Shapiro-Wilk (cf. Anexo I). Visto que não é garantido a distribuição normal, foi efetuada a análise de correlação de Spearman para compreender a associação entre as variáveis, cujos resultados se encontram na Tabela 12.

Tabela 12

Correlação entre as dimensões do EMBU-P e os problemas de internalização

SDQ-P Internalização	Dimensões EMBU-P		
	SE	R	TC
	-.265*	.281*	.174

Nota. SE- Suporte Emocional; R- Rejeição; TC- Tentativa de controlo

*A correlação é significativa no nível .05 (2 extremidades).

Relativamente aos pais, verifica-se que existe uma associação negativa e estatisticamente significativa ($r_s = -.2650$, $p < 0.05$) entre o Suporte Emocional (SE) e os problemas de internalização nas crianças, o que significa que a um maior suporte emocional parental, os problemas de internalização, das crianças, tendem a ser menores.

Na dimensão Rejeição e nos problemas de internalização, verifica-se uma correlação positiva e significativa ($r_s = .281$; $p < .05$), o que pode significar que níveis elevados de Rejeição, praticado pelos progenitores, podem estar relacionados com a manifestação de problemas de internalização, nas crianças. Em relação à dimensão Tentativa de Controlo, observou-se uma correlação positiva com os problemas de internalização ($r_s = 0.174$, $p = .139$). No entanto, esta associação não é estatisticamente significativa, o que pode indicar que não se verifica uma relação entre a Tentativa de Controlo e os problemas de internalização nas crianças.

H3: *As meninas apresentam mais problemas de internalização do que os meninos.*

No sentido de analisar a diferença entre os problemas de internalização e o sexo, recorreu-se à análise da distribuição da amostra com recurso ao teste de normalidade de Shapiro-Wilk. Os resultados demonstram que os problemas de internalização não apresentam uma distribuição normal, sendo que foi realizada a análise das diferenças do teste de Mann-Whitney (U). Observando-se médias dos problemas de internalização foram muito semelhantes nos dois sexos ($M=5.68$; $DP=1.75$; $M=5.65$; $DP=2.48$, respetivamente), não se verificaram diferenças com significância estatística com a internalização ($U=622.5$, $Mdn=5.0$, $p=.526$). O tamanho do efeito foi pequeno ($r=0.07$), revelando uma magnitude reduzida e sem significância, mostrando que, nesta amostra, não existem diferenças nos problemas de internalização entre as meninas e os meninos.

H4 e H5: *Espera-se que a perceção de Suporte Emocional não esteja associada a problemas de internalização nas crianças (H4) e que a perceção de Rejeição e Tentativa de Controlo estejam associadas a problemas de internalização nas crianças (H5)*

Com o objetivo de dar resposta à compreensão da relação entre a perceção das crianças, sobre as práticas parentais e os problemas de internalização recorreu-se ao teste de normalidade de Shapiro-Wilk (cf. Anexo J). Uma vez que não é garantido o pressuposto da distribuição normal para todas as variáveis recorreu-se à correlação de Spearman para analisar as variáveis. Os resultados sobre a perceção das crianças, das práticas parentais e a sua relação com os problemas de internalização, encontram-se expostos na Tabela 13.

Tabela 13

Correlação entre as dimensões do EMBU-C e os problemas de internalização

SDQ-Internalização	Dimensões EMBU-C		
	SE	R	TC
	.001	-.028	-.064

Verifica-se que não existe associação entre a percepção do Suporte Emocional e os problemas de internalização das crianças ($r_s=.001$, $p=.990$). Estes resultados mostram que a percepção de Suporte Emocional, não parece associar-se a problemas de internalização nas crianças, uma vez que existe uma correlação praticamente nula entre as duas variáveis.

A percepção da dimensão Rejeição, apresenta uma correlação negativa, mas não estatisticamente significativa com os problemas de internalização nas crianças ($r_s=-.028$, $p=.811$), ($p=n.s$). Neste sentido, os resultados parecem evidenciar que a percepção das crianças sobre a Rejeição parental, não se associa aos problemas de internalização. Por outro lado, a percepção de Tentativa de controlo também não apresenta associação com os problemas de internalização nas crianças ($r_s=-.064$; $p=.589$). De acordo com estes resultados, estas duas dimensões percepção não parecem associar-se com níveis elevados de problemas de internalização nas crianças.

Capítulo 5. Discussão

O presente estudo teve como objetivo analisar os impactos que as práticas parentais podem ter na manifestação dos problemas de internalização na infância, nomeadamente em crianças com idades entre os 6 e os 10 anos.

Neste capítulo, procedeu-se à interpretação dos resultados obtidos, de forma a responder aos objetivos definidos no início do estudo. Os resultados não estão a ser analisados individualmente, isto é, as práticas parentais dos pais e das mães, vão ser discutidos os resultados da amostra global. A interpretação dos resultados é realizada com o auxílio da literatura presente, permitindo refletir sobre a compreensão dos problemas emocionais e das práticas parentais.

Existe um grande número de estudos que evidenciam as práticas parentais como um fator de risco para o impacto no bem-estar das crianças, nomeadamente a dimensão Controlo, visto que os pais manifestam comportamentos intrusivos e provocam mau estar no funcionamento da criança (eg. Sluis, Steensel & Bogels, 2015; Pinquart, 2017; Peng et al., 2021, Skoczén, 2021).

Neste estudo, procurou-se identificar os problemas de internalização nas crianças com idades entre os 6 e os 10 anos, através das perspetivas dos pais. No estudo, os resultados mostram a presença de algumas manifestações de problemas emocionais, mas não clínicos, observando-se que nas crianças mais novas são sinalizados valores mais baixos de internalização comparativamente às mais velhas. Segundo Goodman et al., (2010), as subescalas dos Sintomas Emocionais e Problema de Relacionamento com os Colegas, são importantes para a compreensão dos sinais de internalização na criança. De acordo com os autores (2010), mesmo em contextos não clínicos, ou amostras de baixo risco, a identificação precoce dos sinais é essencial para o desenvolvimento e ajustamento psicológico da criança. Os resultados, do presente estudo, devem ser lidos com atenção, uma vez que a presença de problemas de internalização, mesmo que ligeira, reforça a importância de desenvolver estratégias de prevenção precoce, que possam contribuir para um desenvolvimento emocional saudável.

Pretendeu-se identificar o perfil das práticas parentais utilizadas pelos pais. Desta forma, o Suporte Emocional é visto como a prática parental mais adotada, tanto pelos pais como pelas

crianças, evidenciando comportamentos caracterizados pelo afeto e apoio emocional o que representa um papel importante no que diz respeito à promoção de bem-estar na criança, bem como a diminuição dos problemas de internalização, ao longo do tempo (Pinquart, 2017; Peng et al., 2021).

No âmbito das práticas parentais associadas à manifestação de problemas de internalização nas crianças, verificou-se que as práticas parentais coercivas são mais prevalentes, no presente estudo. Estas práticas estão associadas a maiores problemas de internalização, uma vez que são comportamentos parentais associados a críticas e que podem estar mais associados a presença de sintomas como a tristeza e ansiedade nas crianças (Li et al., 2024) mas, na amostra presente, a Rejeição é a dimensão mais predominante para os problemas de internalização nas crianças. A evidência científica demonstra que práticas parentais negligentes, fundamentadas na Rejeição e na Tentativa de controlo, mostram maior probabilidade do desenvolvimento de problemas de internalização e, conseqüentemente, ansiedade e depressão nas crianças (Peng et al., 2021; Skoczeń, 2022), sendo que a dimensão controlo, isto é, práticas coercivas, é a que está mais associada ao aumento dos problemas de internalização nas crianças (Canavarro & Pereira, 2007a; Sluis, Steensel & Bögels, 2015; Pinquart, 2017; Peng et al., 2021; Skoczeń, 2022). Esta prática parental influencia, de forma negativa, a saúde mental das crianças e aumenta a probabilidade de a criança desenvolver comportamentos inadequados (Peng et al., 2021; Skoczeń, 2022). Neste sentido, é importante que a criança esteja num ambiente protetor, para que seja possível a promoção das competências emocionais e uma relação saudável entre os pais e filhos (Aquino et al., 2024), de forma a que não hajam riscos no desenvolvimento das habilidade emocionais e sociais (Lanjekar et al., 2022).

No que diz respeito à associação entre as práticas parentais e a idade das crianças, não foram encontradas associações relevantes. Os resultados obtidos, podem evidenciar que as práticas utilizadas pelos pais, não interferem nesta etapa de desenvolvimento, considerado neste estudo, ou seja, a infância. Uma vez que não existem diferenças significativas entre estas variáveis, os resultados vão de encontro ao estudo desenvolvido na Holanda (2015), em que não verificou relação entre a idade e o tipo de prática parental adotado pelos pais. No entanto, no estudo de Sluis, Steensel e Bögels (2015), que estudaram as associações entre as práticas parentais e os problemas de internalização, considerando a idade e o sexo das crianças, bem

como o estudo de Canavarro e Pereira (2007b), em que as crianças mais novas percebem mais as três dimensões parentais, do que as mais velhas. Por outro lado, o sexo das crianças, é uma variável importante, no que diz respeito à relação com as práticas parentais e, no presente estudo, verificou-se que nenhuma das três dimensões parentais estudadas apresentam resultados significantes, mas de acordo com a literatura (Canavarro & Pereira, 2007b), as raparigas acabam por perceber um maior nível de Suporte Emocional pelas mães e percebem menos comportamentos de Rejeição pelo pai.

Os resultados obtidos permitiram ainda analisar e comparar as práticas parentais tanto na perspectiva dos pais, bem como nas crianças. As três dimensões das práticas parentais avaliadas foram o Suporte Emocional, a Rejeição e a Tentativa de Controlo. O Suporte Emocional apresenta diferenças na percepção dos pais e das crianças, ou seja, as crianças percebem níveis de Suporte Emocional mais elevados do que os pais, o que pode significar que as crianças vêem nos pais um fator de proteção. A literatura evidencia que este contexto familiar é importante para o desenvolvimento e aprendizagem da criança, promovendo uma melhor interação entre os pais e os filhos (Nevárez-Espinoza et al., 2022). A dimensão Rejeição apresenta percepções muito semelhantes entre os pais e as crianças, mas é ligeiramente superior nas crianças, sendo que a evidência científica, os pais portugueses, percebem níveis baixos a moderados da dimensão Rejeição (Canavarro & Pereira, 2007a; Canavarro & Pereira, 2007b). Por fim, a Tentativa de Controlo, apresentou uma percepção mais elevada por parte das crianças do que pelos pais. Isto pode estar relacionado com o facto de as crianças ainda não compreenderem os limites que são impostos pelos pais e, desta forma, interpretarem a Tentativa de Controlo como excessiva ou até mesmo injusta. Segundo o estudo de Canavarro e Pereira (2007a), os pais portugueses apresentam níveis moderados nesta dimensão.

Conclusão

Este estudo teve como objetivo principal analisar o impacto das práticas parentais na manifestação dos problemas de internalização na infância.

A literatura demonstra que as práticas parentais apresentam impacto na manifestação de problemas de saúde mental nas crianças, nomeadamente nos problemas de internalização (Pinquart, 2017). É notório que, consoante a perceção dos pais, os seus comportamentos afetam os problemas de internalização nas crianças. Os resultados deste estudo, revelam que é importante o ambiente e contexto familiar, pois os mesmos são vistos como uma condição para o desenvolvimento da criança.

De modo a responder à questão de investigação do presente estudo: “Qual o impacto das práticas parentais na manifestação de problemas de internalização em crianças, com idades entre os 6 e os 10 anos, numa amostra normativa”, os resultados demonstram que práticas mais permissivas e negligentes, segundo a perceção dos pais, estão associadas com os problemas de internalização.

Ao explorar os problemas de internalização, neste estudo, verificou-se que existe uma tendência de um ligeiro aumento de problemas de internalização nas crianças mais velhas, sendo importante uma atenção precoce perante estas dificuldades, principalmente nesta faixa etária, visto que é uma fase importante do desenvolvimento. Neste sentido, Pinquart (2017) refere que a internalização diminui quando os progenitores apresentam comportamentos de suporte emocional e de promoção de autonomia, que vão de acordo a práticas parentais indutivas.

No que diz respeito às práticas parentais, constatou-se que as práticas parentais indutivas, nomeadamente o Suporte Emocional, estavam negativamente associadas com os problemas de internalização, na perceção dos pais, bem como das crianças. Os resultados corroboram a literatura (Canavarro & Pereira, 2007b; Lin, Schleider & Eaton, 2021), visto que o acolhimento e o envolvimento emocional dos progenitores são fatores protetores importantes para o bem-estar psicológico da criança. Por outro lado, as práticas parentais coercivas, que envolvem o recurso à força, punição e falta de afeto (Hoffman, 1975, citado por Pacheco, Silveira & Schneider, 2008), especialmente a dimensão Rejeição, apresentou uma associação com os problemas de internalização. Estudos prévios, evidenciaram que práticas parentais

negligentes e negativas aumentam a vulnerabilidade da criança ao desenvolvimento de quadros ansiosos e depressivos (Cheng, Wang & Wang, 2025; Li et al., 2024).

Face à problemática estudada, conclui-se que as práticas parentais apresentam um impacto relevante nesta fase de desenvolvimento da criança. Os resultados mostram que, embora a maioria das crianças não apresente sinais de problemas de internalização, a presença das práticas coercivas, especialmente a Rejeição, está associada a um maior risco de desenvolvimento desses problemas, enquanto as práticas indutivas, o Suporte Emocional, revelou-se a prática mais adotada é percebida como promotora de bem-estar.

Alguns dados podem ser explicados devido à forma de como os comportamentos de controlo são percebidos pela presente amostra, pois este comportamento pode ser visto como uma orientação parental, devido às idades das crianças, do que uma invasão emocional.

Foram identificadas possíveis limitações, nomeadamente, no questionário EMBU-C. Este questionário é demasiado extenso (32 questões) para ser aplicado à faixa etária da amostra, (dos 6 aos 10 anos), uma vez que estão numa faixa etária de aprendizagem inicial da leitura, podendo dificultar a resposta, sendo realizada de forma impulsiva, comprometendo a fiabilidade das respostas, afetando assim, os resultados recolhidos. Por outro lado, como as provas são de auto-relato, tanto os pais como as crianças, podem ter comprometido a veracidade das respostas, ajustando-as em função da desejabilidade social, o que poderá ter influenciado a autenticidade dos dados recolhidos. Para além disso, existem poucos questionários respondidos pelos pais, em comparação com as mães, podendo enviesar os resultados obtidos.

Os resultados deste estudo realçam a importância do papel do psicólogo na implementação de programas de intervenção de promoção de competências parentais de forma a ajudar os pais na relação com as suas crianças e no desenvolvimento de um contexto seguro e resguardado, prevenindo o aparecimento de problemas de internalização. A título de experiência no âmbito do estágio curricular, salienta-se esta importância devido à identificação de algumas necessidades nas competências parentais, no qual foi necessário a elaboração de alguns materiais. Destes, destaca-se o desenvolvimento de um programa de práticas parentais e divulgação de panfletos informativos cujo o objetivo principal é ampliar o conhecimento e competências dos progenitores, facilitando a compreensão e implementação de práticas indutivas.

Futuramente, seria relevante aumentar o número da amostra e a participação de pais para que seja possível comparar a percepção das práticas parentais das mães e dos pais, de forma a potencializar os resultados do estudo.

Muitos pais, por mais que quieram, nem sempre têm todas as respostas. É essencial o apoio psicológico para compreenderem e lidarem com os desafios no desenvolvimento dos filhos, visto que as práticas parentais desadaptativas podem desenvolver problemas dificuldades emocionais nas crianças e, este apoio é importante para minimizar o impacto na manifestação de problemas de internalização na infância, realçando a necessidade urgente de um acompanhamento mais atento da saúde emocional das crianças.

Referências Bibliográficas

- Achenbach, T. M., Ivanova, M. Y., Rescorla, L. A., Turner, L. V., & Althoff, R. R. (2016). Internalizing/externalizing problems: Review and recommendations for clinical and research applications. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 55(8), 647–656. <https://doi.org/10.1016/j.jaac.2016.05.012>
- Altafim, P., & Oliveira, C. (2023). *Prevenção de violência contra crianças*. Comitê Científico do Núcleo Ciência Pela Infância; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal. <https://ncpi.org.br/wp-content/uploads/2024/08/Prevencao-de-violencia-contra-criancas.pdf>
- Altenburger, L. E., & Schoppe-Sullivan, S. J. (2020). New fathers' parenting quality: Personal, contextual, and child precursors. *Journal of Family Psychology*, 34(7), 857–866. <https://doi.org/10.1037/fam0000753>
- Alves, M. I., Felipe, A. O. B., & Moreira, D. S. (2022). Autolesão, ansiedade e depressão em adolescentes de uma escola de um município do sul de Minas Gerais, Brasil. *Research, Society and Development*, 11(3). <https://doi.org/10.33448/rsd-v11i7.29281>
- Arnaud-López, L. J. (2023). Importancia de la salud mental en la primera infancia y su repercusión en la etapa adulta. *FIPCAEC*, 8(2), 37.
- Aquino, G. S. D., Moura, S. D. A. R., Lima Junior, A. D., Cordeiro, S. M., Vicente, J. B., & Mazza, V. D. A. (2024). A percepção dos homens sobre a parentalidade paterna e a promoção do desenvolvimento infantil. *Revista Brasileira de Enfermagem*, 77, e20230514 <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2023-0514>
- Bagur, S., Paz-Lourido, B., Mut-Amengual, B., & Verger, S. (2022). Relationship between parental mental health and developmental disorders in early childhood. *Health & Social Care in the Community*, 30(6), e4840–e4849. <https://doi.org/10.1111/hsc.13891>
- Baumrind, D. (1966). Effects of authoritative parental control on child behavior. *Child Development*, 37(4), 887–907. <https://doi.org/10.2307/1126611>
- Baumrind, D., Larzelere, R. E., & Owens, E. B. (2010). Effects of preschool parents' power assertive patterns and practices on adolescent development. *Parenting: Science and Practice*, 10(3), 157–201. <https://doi.org/10.1080/15295190903290790>
- Baptista, T. M., & Neto, D. D. (2019). *Dicionário de psicologia*. Sílabo.
- Berk, L. E. (2010). *Development through the lifespan* (5ª ed.). Allyn and Bacon.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Loureiro, S. R. (2020). Behavioral problems and their relationship to maternal depression, marital relationships, social skills and parenting. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 33, 22. <https://doi.org/10.1186/s41155-020-00160-x>
- Bornstein, M. H., Putnick, D. L., & Suwalsky, J. T. (2018). Parenting cognitions→ parenting practices→ child adjustment? The standard model. *Development and Psychopathology*, 30(2), 399–416. <https://doi.org/10.1017/S0954579417000931>

- Bronfenbrenner, U. (1979). *The ecology of human development: Experiments by nature and design*. Harvard University Press.
- Bronfenbrenner, U. (1992). Ecological systems theory. In R. Vasta (Org.), *Six theories of child development* (pp. 187–243). Jessica Kingsley Publishers.
- Bronfenbrenner, U. (1987). *La ecología del desarrollo humano*. Paidós
- Caldwell, D. M., Davies, S. R., Thorn, J. C., Palmer, J. C., Caro, P., Hetrick, S. E., et al. (2021). School-based interventions to prevent anxiety, depression and conduct disorder in children and young people: A systematic review and network meta-analysis. *Public Health Research*, 9. <https://doi.org/10.3310/phr09080>
- Canavarro, C. (1999). *Relações afetivas e saúde mental*. Quarteto Editora.
- Canavarro, C., & Pereira, I. (2007a). A avaliação dos estilos parentais educativos na perspetiva dos pais: A versão portuguesa do EMBU-P. *Psicologia: Teoria, Investigação e Prática*, 2, 271–286.
- Canavarro, C., & Pereira, I. (2007b). A percepção dos filhos sobre os estilos educativos parentais: A versão portuguesa do EMBU-C. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - Avaliação Psicológica*, 2(24), 193–210.
- Chatterton, M. L., Bayer, J. K., Engel, L., Rapee, R. M., Beatson, R., Hiscock, H., et al. (2020). Cost-effectiveness of preventing child internalising problems: Results from the translational trial of Cool Little Kids at school entry. *Journal of Anxiety Disorders*, 70, 102191. <https://doi.org/10.1016/j.janxdis.2020.102191>
- Cheng, N., Li, C., Wang, Y., & Wang, Z. (2025). The double-edged sword of parental empathy in parenting practice and its association with children’s externalizing and internalizing problems. *Children and Youth Services Review*, 169, 108057. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2024.108057>
- Costa, P. A., Tasker, F., Ramos, C., & Leal, I. (2019). Psychometric properties of the parent’s versions of the SDQ and the PANAS-X in a community sample of Portuguese parents. *Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 25(2), 520–532. <https://doi.org/10.1177/1359104519891759>
- Costa, R., Simões, S., Ferro, M., Ueda, R., de Oliveira, C., Oue, V., ... da Silva, S. (2024). Saúde mental infantil: Detecção precoce e intervenções em transtornos de ansiedade e depressão. *Lumen et Virtus*, 15(39), 3106–3115. <https://doi.org/10.56238/levv15n39-116>
- Costa, S., Gugliandolo, M. C., Barberis, N., Cuzzocrea, F., & Liga, F. (2019). Antecedents and consequences of parental psychological control and autonomy support: The role of psychological basic needs. *Journal of Social and Personal Relationships*, 36(4), 1168–1189. <https://doi.org/10.1177/0265407518756778>
- Fava, C., Andretta, I., & Marin, H. (2023). Emotional and behavior problems in children: Associated and predictive factors. *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 19(spe1), 61–69.
- Fleitlich, B., Loureiro, M., Fonseca, A., & Gaspar, F. (2005). *Questionário de Capacidades e Dificuldades (SDQ)*. SDQinfo. <https://www.sdqinfo.org/a0.html>

- Fortin, M. (2006). *Fundamentos da pesquisa científica: Uma abordagem metodológica* (4ª ed.). Editora Educacional.
- Fortin, M. (2009). A amostragem. In M. Fortin, *Fundamentos e etapas do processo de investigação* (pp. 309–334). Autodidacta.
- Franz, A. O., & McKinney, C. (2018). Parental and child psychopathology: Moderated mediation by gender and parent-child relationship quality. *Child Psychiatry and Human Development*, 49(6), 843–852. <https://doi.org/10.1007/s10578-018-0801-0>
- Goodman, A., Lamping, D. L., & Ploubidis, G. B. (2010). When to use broader internalizing and externalizing subscales instead of the hypothesized five subscales on the Strengths and Difficulties Questionnaire (SDQ): Data from British parents, teachers and children. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 38(8), 1179–1191. [10.1007/s10802-010-9434-x](https://doi.org/10.1007/s10802-010-9434-x)
- Goodman, R. (1997). The Strengths and Difficulties Questionnaire: A research note. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 38(5), 581–586.
- Hernández, R., Fernández, C., & Baptista, P. (2014). *Metodología de la investigación* (Vol. 6, pp. 102–256). McGraw-Hill.
- Hughes, K., Bellis, M. A., Hardcastle, K. A., Sethi, D., Butchart, A., Mikton, C., ... & Dunne, M. P. (2017). The effect of multiple adverse childhood experiences on health: A systematic review and meta-analysis. *The Lancet Public Health*, 2(8), e356–e366. [10.1016/S2468-2667\(17\)30118-4](https://doi.org/10.1016/S2468-2667(17)30118-4)
- Lanjekar, P. D., Joshi, S. H., Lanjekar, P. D., & Wagh, V. (2022). The effect of parenting and the parent-child relationship on a child's cognitive development: A literature review. *Cureus*, 14(10), e30574. [10.7759/cureus.30574](https://doi.org/10.7759/cureus.30574)
- Lawrenz, P., Zeni, L. C., Arnold, T. D. C. J., Foschiera, L. N., & Habigzang, L. F. (2020). Estilos, práticas ou habilidades parentais: Como diferenciá-los? *Revista Brasileira de Terapias Cognitivas*, 16(1), 3–11. <https://doi.org/10.5935/1808-5687.20200002>.
- Lee, A. H., Adams-Clark, A. A., Martin, C. G., & Zalewski, M. (2023). Associations between maternal apology, parenting, and child internalizing, externalizing and prosocial behaviors. *Journal of Applied Developmental Psychology*, 84, 101484. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2022.101484>
- Leite, E. F., Morais, D. C., Oliveira, D. P., & Delmuti Veraldi, L. A. (2022). Psicologia frente às problemáticas no desenvolvimento infantil. *International Journal of Development Research*, 12(06), 56597–56604.
- Lima, F., Costa, D., Pasinato, L., & Mosmann, P. (2024). Sintomas de ansiedade e depressão em crianças: Associações com o funcionamento familiar. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 44, e261225. <https://doi.org/10.1590/1982-3703003261225>
- Lin, S. Y., Schleider, J. L., & Eaton, N. R. (2021). Family processes and child psychopathology: A between- and within-family/child analysis. *Research on Child and Adolescent Psychopathology*, 49(3), 283–295. <https://doi.org/10.1007/s10802-020-00749-x>

- Li, C. B., Lecarie, E. K., Walter, D., Lemery-Chalfant, K., Brown, R., Davis, M. C., & Doane, L. D. (2024). The role of sleep in links between daily interpersonal stress and internalizing and externalizing symptoms during middle childhood. *Journal of Applied Developmental Psychology, 95*, 101713.. <https://doi.org/10.1016/j.appdev.2024.101713>
- Maccoby, E., & Martin, J. (1983). Socialization in the context of the family: Parent-child interaction. In E. M. Hetherington & P. H. Mussen (Eds.), *Handbook of child psychology: Socialization, personality and social development*(Vol. 4, pp. 1–101). Wiley.
- Masten, A. S., & Gewirtz, A. H. (2006). Resilience in development: *The importance of early childhood. Encyclopedia on Early Childhood Development*, 1–6.
- Meins, E., Centifanti, L. C. M., Fernyhough, C., & Fishburn, S. (2013). Maternal mind-mindedness and children's behavioral difficulties: Mitigating the impact of low socioeconomic status. *Journal of Abnormal Child Psychology, 41*(4), 543– 553. <https://doi.org/10.1007/s10802-012-9699-3>
- Morris, A. S., Silk, J. S., Steinberg, L., Myers, S. S., & Robinson, L. R. (2007). The role of the family context in the development of emotion regulation. *Social Development, 16*(2), 361–388. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9507.2007.00389.x>.
- Muniz, M. P. G. (2025). Promoção da parentalidade positiva na perspectiva do cuidado em saúde mental: Uma revisão de escopos. *Saúde Coletiva (Barueri, Online), 14*(92), 13947–13963. <https://doi.org/10.36489/saudecoletiva.2024v14i92p13947-13963>
- Nevárez-Espinoza, C. M., & Barcia-Briones, M. F. (2022). El entorno familiar y el rendimiento escolar de los estudiantes. *Polo del Conocimiento, 7*(5), 735–749. <https://doi.org/10.36489>
- Omkarappa, D. B., & Rentala, S. (2019). Anxiety, depression, self-esteem among children of alcoholic and nonalcoholic parents. *Journal of Family Medicine and Primary Care, 8*(2), 604–609. https://doi.org/10.4103/jfmmpc.jfmmpc_282_18
- Oppenheimer, C. W., Hankin, B. L., & Young, J. (2018). Effect of parenting and peer stressors on cognitive vulnerability and risk for depression among youth. *Journal of Abnormal Child Psychology, 46*(3), 597–612. <https://doi.org/10.1007/s10802-017-0315-4>
- Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2024). *Código deontológico da Ordem dos Psicólogos Portugueses*. Diário da República, 2.ª série, 17931–17936.
- Pacheco, B., Silveira, B., & de Almeida Schneider, M. (2008). Estilos e práticas educativas parentais: Análise da relação perspectiva dos adolescentes. *Psico, 39*(1).
- Pedersen, S., Jansen, M., & Wichstrøm, L. (2019). The co-development of parenting stress and childhood internalizing and externalizing problems. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 60*(11), 1236–1244. <https://doi.org/10.1111/jcpp.13067>
- Peng, B., Hu, N., Yu, H., Xiao, H., & Luo, J. (2021). Parenting style and adolescent mental health: The chain mediating effects of self-esteem and psychological inflexibility. *Frontiers in Psychology, 12*, Article 738170. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2021.738170>

- Perris, C., Jacobsson, L., Linndström, H., von Knorring, L., & Perris, H. (1980). Development of a new inventory for assessing memories of parental rearing behaviour. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 61(4), 265–274. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.1980.tb00581.x>
- Pinquart, M. (2017). Associations of parenting dimensions and styles with internalizing symptoms in children and adolescents: A meta-analysis. *Marriage and Family Review*, 53, 613–640. <https://doi.org/10.1080/01494929.2016.1247761>
- Rodrigues, T., de Oliveira, G., & dos Santos, A. (2021). As pesquisas qualitativas e quantitativas na educação. *Revista Prisma*, 2(1), 154–174.
- Skoczeń, I. (2022). Family relationships, internalizing problems, and psychosocial adjustment in late childhood and early adolescence: A Polish perspective. *The Journal of Genetic Psychology*, 183(5), 381–390. <https://doi.org/10.1080/00221325.2022.2099242>
- Sluis, C. M., van Steensel, F. J., & Bögels, S. M. (2015). Parenting and children's internalizing symptoms: How important are parents? *Journal of Child and Family Studies*, 24, 3652–3661. <https://doi.org/10.1007/s10826-015-0174-y>
- Tavares, D. E., & da Silva, R. D. (2024). Parentalidade positiva: A mediação psicopedagógica no pós-pandemia. *Revista Unitalo em Pesquisa*, 14(2), 206–222. <https://doi.org/10.7435/s0fe2d14>
- Wergeland, G. J. H., Riise, E. N., & Öst, L. (2021). Cognitive behavior therapy for internalizing disorders in children and adolescents in routine clinical care: A systematic review and meta-analysis. *Clinical Psychology Review*, 83, 101918. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2020.101918>
- Yeung, W., Chen, F., Lo, H., & Choi, W. (2017). Relative effects of parenting practices on child development in the context of family processes. *Revista de Psicodidáctica (English Ed.)*, 22(2), 102–110. <https://doi.org/10.1016/j.psicoe.2017.05.003>
- Zeevi-Cousin, A., & Lavenda, O. (2023). The mediating role of parenting style in the relationship between parents' openness to different ways of thinking and child anxiety. *Children*, 10(9), 1564. <https://doi.org/10.3390/children10091564>
- Zvara, B. J., Macfie, J., Cox, M., & Mills-Koonce, R. (2018). Mother-child role confusion, child adjustment problems, and the moderating roles of child temperament and sex. *Developmental Psychology*, 54(10), 1891. <https://doi.org/10.1037/dev0000556>

Anexos